

Autotutela e prazo decadencial: a Lei do Estado de São Paulo sob o olhar do Supremo Tribunal Federal (ADI 6.019)

rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/bordalo19

RDAI

REVISTA DE
DIREITO
ADMINISTRATIVO E
INFRAESTRUTURA

1. [Início/](#)
2. [Arquivos/](#)
3. [v. 5 n. 19 \(2021\)/](#)
4. Comentários à Jurisprudência

Administrative self-correcting and decadential term: São Paulo state Law according to the Federal Supreme Court (ADI 6.019)

Autores

Rodrigo Bordalo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Palavras-chave:

ADI 6.019, Anulação dos atos administrativos, Interpretação do Supremo Tribunal Federal


Resumo

O artigo explora o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI 6.019, envolvendo lei do Estado de São Paulo que fixava prazo de dez anos para a anulação dos atos administrativos pela própria Administração.

Biografia do Autor

Rodrigo Bordalo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professor de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, do Centro Preparatório Jurídico (CPJUR), do Damásio Educacional e da Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Procurador do Município de São Paulo. Advogado.

 [0000-0001-6787-3146](https://orcid.org/0000-0001-6787-3146) | rodrigobordalo@hotmail.com

Referências

BORDALO, Rodrigo. Autotutela e prazo decadencial: a lei do estado de São Paulo sob o olhar do Supremo Tribunal Federal (ADI 6.019). Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, São Paulo, v. 5, n. 19, p. 373-377, out./dez. 2021.

Publicado

2021-12-15

Como Citar

BORDALO, R. Autotutela e prazo decadencial: a Lei do Estado de São Paulo sob o olhar do Supremo Tribunal Federal (ADI 6.019): Administrative self-correcting and decadential term: São Paulo state Law according to the Federal Suprem Court (ADI 6.019). **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 19, p. 373–377, 2021. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/bordalo19>. Acesso em: 7 fev. 2022.

Edição

v. 5 n. 19 (2021)

Seção

Comentários à Jurisprudência

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

(CC BY-NC-ND)

Este é um resumo (e não um substituto) da licença

Regras para publicação

Diretrizes Editoriais

Direitos e Deveres

Errata e Retratação

Preservação e Plágio

Revisão e Avaliação

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Rodrigo Bordalo, Ressarcimento ao Erário e atuação do Tribunal de Contas: a questão da prescrição sob o olhar do STF (RE 636.886/AL), Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 15 (2020).
- Rodrigo Bordalo, A TUTELA DOS QUILOMBOLAS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: JULGAMENTO DA ADI 3.239, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 2 n. 7 (2018).
- Rodrigo Bordalo, O Código Florestal e o Supremo Tribunal Federal: julgamento das ações envolvendo a Lei 12.651/2012 (ADC 42 e ADIs 4901, 4902, 4903 e 4937), Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 11 (2019).
- Rodrigo Bordalo, Ressarcimento ao erário e improbidade administrativa: comentários sobre o RE 852.475, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 9 (2019).

